



AMÉLIA REGINALDO: UMA MULHER A FRENTE DE SEU TEMPO.

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3518

Aluizia do Nascimento Freire, UFGD

Resumo

A participação das mulheres na Insurreição Comunista é a temática do presente resumo no qual dá ênfase a inserção de Amélia (Reginaldo) Nogueira Feitosa, líder militante da “Insurreição Comunista” de 1935 na cidade do Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Movimento marcante dentro do contexto histórico, por ter sido considerado como primeiro e único “governo popular revolucionário”, já estabelecido no Brasil, servindo de estopim para a deflagração de levantes semelhantes em mais duas capitais: Recife e Rio de Janeiro. O objetivo do resumo é mostrar dentro do contexto historiográfico a participação feminina neste movimento. Trata-se de um estudo histórico descritivo, analítico e exploratório, donde utilizamos como instrumentos de análise documentos existentes no acervo público e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), editoriais dos jornais oficiais “A República” e “A Ordem. Assim, esperamos estar contribuindo no sentido de resgatar historicamente a personagem Amélia Reginaldo, colocando-a na posição de heroína – assim ela se considerava – e não na posição de vilã, como foi caracterizada por militares e políticos que participaram do combate a Insurreição Comunista.

Palavras Chave:

Insurreição Comunista;
Militante; Movimento.

Introdução

O presente artigo visa fazer uma análise historiográfica acerca da inserção das mulheres na Insurreição Comunista, o qual dá ênfase a participação de Amélia (Reginaldo) Nogueira Feitosa, líder militante da “Insurreição Comunista” de 1935 em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Segundo Costa (1995), a data passou para a história por ter assinalado a instauração do primeiro e único “governo popular revolucionário”, já estabelecido no Brasil, servindo de estopim para a deflagração de levantes semelhantes em mais duas capitais: Recife e Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com Costa (1995) a Insurreição armada de 1935 fora planejada por alguns membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), como resposta ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como a União Feminina do Brasil (UFB)- órgão que agregava as mulheres, além da extinção da guarda civil, pelo então governo local Rafael Fernandes.

Para entendermos todo esse contexto da visibilidade da mulher na década de 1930, nos reportaremos ao período considerado como um dos mais conturbados do Brasil em termos políticos. Iniciou-se com a “Revolução de 1930”, mudando o contexto político, com a ascensão das oligarquias gaúchas e mineiras e o declínio da oligarquia paulista, no qual põe fim a política do Café-com-Leite¹. Esse momento corresponde ao governo de Getúlio Vargas, que assiste a organização da classe trabalhadora, ao surgimento de movimentos civis organizados e também ao surgimento de partidos políticos como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Quanto a uma melhor

compreensão do estudo proposto é importante destacar alguns dados históricos do Partido Comunista do Brasil e da Aliança Nacional libertadora. Em 1930, assume o poder no Brasil, Getúlio Dorneles Vargas, como já afirmamos, inaugurando no Brasil um novo tipo de dominação política e de legitimação do poder: o populismo caracterizado pelo aliciamento e manipulação das massas pelos líderes políticos. Assim entre 1930 e 1945 o Estado brasileiro avançou no seu processo de constituição enquanto Estado nacional capitalista, inscrevendo na materialidade de sua ossatura – pela multiplicação de órgãos e instituições os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em “interesses nacionais” (MENDONÇA, 1990).

Diante dos fatos analisados e práticas observa-se que a “Revolução de 1930” foi o marco inicial para as mudanças sociais, que na visão de Capellato (1988), preparou o terreno para o advento de uma nova cultura política, que se definiu a partir do redimensionamento do conceito de democracia, norteadas por uma concepção particular de representação política e de cidadania. A partir de então se dá a revisão do papel do Estado que se complementa com a proposta inovadora do papel do líder político na integração das massas e a apresentação de uma nova forma de identidade nacional conforme já assinalamos.

Segundo Vinhas (1982) surgem movimentos contestatórios como do PCB e a ANL considerados elementos característicos desse ascenso da sociedade civil que despertará inúmeras energias e entusiasmos nas classes subalternas. Trata-se do primeiro movimento de massa no país onde o PCB terá uma influência decisiva. A ANL rapidamente se espalha pelo Brasil e a ela aderem personalidades políticas, intelectuais e organizações

¹Política do Café-com - Leite significava o revezamento de poder, ou, seja, o domínio de duas oligarquias: a mineira e a paulista que dominavam a política partidária. São Paulo com a

produção do café e Minas gerais com a tradição leiteira no qual um ano era eleito um paulista e no outro um mineiro, contribuindo para os fortalecimentos das oligarquias (COSTA, 1995).

classistas e civis. Recebe o apoio de inúmeros sindicatos, agremiações estudantis e da Aliança Popular, movimento que lutava por “pão, terra e liberdade”, do movimento contra a Guerra e o Fascismo e elege Luís Carlos Prestes o “Cavaleiro da Esperança” como seu presidente de honra.

O programa da ANL incluía, segundo o manifesto lançado pelo seu presidente, em maio de 1935, os seguintes pontos: reforma agrária radical, expropriação dos meios de comunicação e outros serviços públicos, nacionalização dos bancos, supressão da dívida externa, derrubada do governo e a instalação de um governo democrático e popular (VINHAS, 1982).

Durante o governo de Vargas o Brasil viveu um período de instabilidade política, com constantes intervencionismos levando vários líderes políticos ao afastamento. Como destaque citamos Carlota Pereira Queiroz, primeira Deputada Federal do Brasil eleita pelo Estado de São Paulo, em 1934. Nesse conjunto de acontecimentos históricos, ela juntamente com Alzira Soriano são obrigadas a se afastar do cenário político, só retornando alguns anos depois.

De acordo com Firmino (2003), no Rio Grande do Norte as mulheres vinham se destacando na política desde 1927, quando o governo de Juvenal Lamartine lhes dá o direito de votar e ser votada, desde que reunisse as condições exigidas pela Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927. É importante demarcar que no ano seguinte elegemos a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano de Souza, na cidade de Lajes. Nesse mesmo período é eleita a primeira vereadora Júlia Alves Barbosa em Natal. Vale sinalizar que Celina Guimarães Viana na cidade de Mossoró, é considerada a primeira eleitora por ter sido incluída seu nome na lista dos eleitores em 25/11/1927. No entanto foi a partir da Constituição de 1934, que as brasileiras passaram a ter direito de votarem e ser votadas.

Ainda sobre a questão da mulher na política, enfatizamos as relações de parentesco entre as mulheres e as oligarquias locais que predominaram durante a década de 1920, algumas mulheres no Rio Grande do Norte se destacaram na política apoiadas por oligarquias. Neste sentido, a história política do RN está marcada por um traço profundamente oligárquico que também influenciou nas conquistas das mulheres no campo da participação política.

De acordo com Freire (2008, p.57), entre elas como já citado acima, a primeira prefeita eleita no Rio Grande do Norte Alzira Soriano de Souza eleita pelo Partido Republicano na cidade de Lajes, apoiada pelos oligarcas José Augusto e Juvenal Lamartine e seu pai, líder político da região, Cel. Miguel Teixeira de Vasconcelos, que influenciara a sua entrada na política. A primeira eleitora, em Mossoró-RN, Celina Guimarães Viana, era esposa do bacharel Elizeu Nunes Viana e a primeira Deputada Estadual, Maria do Céu Fernandes também era de família influente. Não queremos menosprezar a conquista dessas mulheres, mas mostrar que chegaram ao poder por pertencer a determinados grupos políticos. A respeito da primeira vereadora de Natal, Júlia Alves Barbosa, era professora catedrática da Escola normal de Natal e não consta ligação de Júlia Alves com nenhuma oligarquia do Rio Grande do Norte.

No entanto diante do que foi apresentado não podemos esquecer que durante muito tempo as mulheres estiveram restritas no âmbito do privado, numa sociedade em que predomina o poder de mando, patriarcal. Observa-se que a participação da mulher tem mostrado uma relação dúbia: de um lado protagonista da história e do outro coadjuvante de esposa, mãe, responsáveis na maioria das vezes pela educação dos filhos e pelos afazeres domésticos.

Diante do exposto determinamos como objetivos do

presente trabalho analisar, na perspectiva de gênero, a participação das Mulheres potiguaras na Insurreição Comunista, enfatizando a contribuição das mesmas para a formação do primeiro governo revolucionário. Com isto esperamos dá visibilidade as lutas das mulheres no período histórico analisado, divulgando a importância desse movimento para a Nova Historiografia².

De acordo com Costa (1995), a insurreição armada de 1935 fora planejada por alguns membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) em resposta ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como da União Feminina do Brasil (UFB), órgão que agregava as mulheres, além da extinção da guarda civil, pelo então governo local Rafael Fernandes. Entretanto Vianna (2007) enfatiza que a revolta eclodiu em decorrência da insatisfação dos militares.

Os fatores que contribuíram para que ocorresse a esse movimento em Natal estão associados à política norte-riograndense da época, em especial à insatisfação nos meios militares provocados pelo desengajamento dos praças e pela extinção da Guarda Civil, bem como às disputas por políticas eleitorais entre as duas facções em que estava dividida a política estadual depois de 1930.

Alguns anos antes desse evento, mais precisamente no dia 23 de junho de 1917 nascia, na cidade de Mossoró, uma mulher responsável, em parte, pela mudança política ideológica no Estado do Rio Grande do Norte: Amélia Gomes Reginaldo, filha de Raimundo Reginaldo e

Luzia Gomes dos Santos, tendo recebido inicialmente o nome de Rosa de Luxemburgo em homenagem a militante comunista polonesa.

Amélia cresceu na efervescência e amadurecimento orgânico dos grupos comunistas no Brasil, das greves generalizadas e dos movimentos sociais. Conduzida pelo pai, primeira pessoa a divulgar ideias marxista-leninismo no interior do Rio Grande do Norte, concentrava-se na leitura de autores como Victor Hugo, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Marx, Lenine, entre outros. De tanto escritores existentes, esses últimos citados foram os que mais lhes chamaram à atenção dedicando um precioso tempo de seu lazer, para procurar absolver os ensinamentos desses líderes socialistas, que após a Primeira Guerra Mundial estavam “revolucionando” o mundo. Amélia estava interessada nessa doutrina, que prometia diminuir as desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo, e proporcionar uma vida mais decente para toda nação que adotasse o regime comunista. Talvez por isso ou principalmente por isso tornou-se líder estudantil na Escola Normal de Mossoró (1930/33), defendendo melhoria no ensino, igualdade e participação dos alunos e alunas nas decisões da educação formal.

Conforme registros do acervo público do nosso estado, percebemos a atuação marcante de Amélia na Insurreição Comunista: (todas as mulheres interrogadas referiram que se filiaram a União Feminina do Brasil UFB), órgão mantido pelo Socorro Vermelho Internacional, através de Amélia Gomes

²As novas abordagens, chamadas de nova história, tiraram de cena o espaço político da historiografia no início do século passado, que por muitos anos priorizou os eventos políticos, pautada numa história política de moldes tradicionais que destaca personagens, grandes eventos e acontecimentos factuais, conhecidos como historiografia tradicional ou positivista. Mas nos anos de 1970 com a terceira geração dos Annales, pode-se notar certo retorno, retorno da história-

relato da biografia dos acontecimentos, mas, sobretudo da historiografia política. Essa terceira geração representada por nomes como Lê Goff e Duby, por exemplo, já menciona essa reversão ao político, até então deixado de lado pelos Annales anteriores em provento da história econômico e social (Remond, 1999 p. 51).

Reginaldo).

A pesquisa nos referidos arquivos e documentos foi importante uma vez que permitiu o conhecimento da atuação da UFB, como movimento auxiliar feminino que endossava o programa da ANL e o Socorro Vermelho Internacional, ligado a Internacional Comunista, sua organização clandestina na cidade do Natal e o recebimento dos recursos financeiros do Comitê Central.

Na verdade, os dados sobre essas organizações citadas acima são bastante escassos, sendo citada apenas nos jornais: A República e a Ordem e em documentos do Tribunal de Segurança Nacional. Nestes encontramos a mesma opinião sobre a UFB:

A União Feminina do Brasil ocupava-se de assuntos de interesse direto das filiadas e termos gerais relativos a emancipação da mulher, e criticava o papel secundário da mulher na sociedade brasileira, por isso era combatida violentamente pelos políticos conservadores, que atacavam as mulheres e as agrediam, criticando-as como pessoas de comportamento imoral e espalhafatoso (Levine, 1980).

Observamos que essas mulheres lutavam pela emancipação política e social, buscando a equidade de gênero, ou seja, homens e mulheres com direitos iguais perante a lei. O objetivo dessas mulheres era tornar visível a luta das mesmas, sair da esfera privada e entrar na esfera pública.

No entanto, os jornais da referida cidade (“A República” e “A Ordem”), de visão conservadora e anticomunista, declaravam que:

A União Feminina do Brasil, constituída sob a forma de sociedade civil, tem exercido atividade subversiva da ordem política e social. Sendo uma ameaça a sociedade o governo cria o decreto de nº 243 de 19 de julho de 1935, no qual ordena o fechamento em todo o Território Nacional dos núcleos

da UFB. Segundo o art. 29 da lei nº 38 de 4 de abril do corrente ano, cancelando o registro civil da mesma (A República, 30 de julho de 1935).

Diante de sua determinação, conhecimento e carisma, Amélia Reginaldo exerce cargo de direção da União Feminina do Brasil, sendo a filiada mais atuante convocando amigas, esposas e filhas de militantes para se engajarem na “luta” do Partido Comunista. Também atuou como secretária do Comitê popular revolucionário e contribuiu na edição do Jornal A Liberdade (Órgão Oficial do Governo Popular Revolucionário – Natal, 27/11/1935), em seu único número publicado.

Segundo consta nos autos, denúncia apresentada pelo Dr Carlos Gomes de Freitas, procurador criminal da República no RN, Amélia, Leonila Felix, Chica Pinote e Chica da Gaveta, invadiram o 21 Batalhão de Infantaria, fardadas e portando armas pesadas. É importante destacar que o fardamento de homens e mulheres foi uma exigência de José Praxedes (VIANNA, 2007).

Em carta destinada a seu tio Lauro Reginaldo da Rocha registrou sua participação – Este combate foi duro e difícil. Começou às 19 ou 20 horas do dia 23 e durou toda a noite. Ao amanhecer do dia 24 parou a resistência. Na cidade de Natal e outras cidades vizinhas o poder passou para as mãos do povo (FERREIRA, 1989).

Mas, a glória do governo revolucionário dura poucos dias: 4 dias (quatro dias depois), as tropas do Exército e polícias dos Estados vizinhos tomaram o quartel das mãos dos revolucionários e revolucionárias, restabelecendo a ordem iniciando a via cruzes de Amélia, seu pai, sua mãe e outras pessoas que tomaram parte de tão importante ato histórico.

Consta nos autos dos relatórios oficiais, dentre todas as mulheres que participaram da Insurreição Comunista, na

cidade do Natal, Amélia foi a única condenada, recebendo uma pena de cinco anos de reclusão. Sua prisão foi decretada em 04 de setembro de 1936. No entanto não chegou a ser presa, pois se tornou fugitiva da justiça. Já a sua mãe foi presa várias vezes.

Em carta destinada ao seu tio Lauro, publicada como anexo do Livro Bangu Memórias de um Militante (Lauro Reginaldo da Rocha – Organizadora Brasília Carlos Ferreira - págs. 110 a 114) ela relata sua odisséia para escapar de seus algozes - tendo de se disfarçar de guia de cego, saltar de trem em movimento, se refugiar em matas, passar fome, trocar de cidades e estados várias vezes, entre outras. Foram três anos vividos nestas condições:

O nosso corpo estava em chagas, cheio de feridas produzidas pelos carrapatos, mosquitos e espinhos. Mas continuamos marchando, evitando os lugares povoados, evitando transeuntes, andando e se escondendo, andando e se escondendo (FERREIRA, 1989).

Ainda de acordo com Ferreira (1989), quando refugiada em Picos – PI viu seu pai falecer. A saúde do professor Raimundo Reginaldo piorou ao saber que sua esposa havia, novamente, sido presa. Já sentindo uma “agonia no peito”, pediu para Amélia cantar “A Internacional” hino de sua paixão. Foi ouvindo esta canção que seu coração parou de bater em 31/03/1938.

Nesse período nossa protagonista casou e mudou de nome para Amélia Nogueira Feitosa. A mudança de nome, conforme Soares (2008) “em princípio verifica-se que por perseguição política, Amélia Gomes Reginaldo, trocou de nome e adotou Nogueira (ancestrais da família Cambôa) e Feitosa, herdado de seu casório com o Chiquinho, omitindo o de batismo.

O sofrimento causado pela perseguição fez com que a família

Reginaldo silenciasse boa parte de tudo o que acontece durante e após a insurreição comunista. Transformou Amélia em uma mulher centrada no papel de mãe e de avó, mas que não achava bonito não ter o que comer, como a Amélia de Ataulfo Alves e Mário Lago, por isso participava dos movimentos benevolentes, distribuindo alimentos às pessoas menos favorecidas, além de ser uma figura humana reputada como “romântica” (OLIVEIRA, 2008).

Mesmo não exercendo atividade política ideológica nesta cidade e vivendo como uma pessoa simples e recatada, não ficou invisível aos olhos do escritor Renato Duarte. Este, no livro intitulado Picos: os verdes anos cinquenta, comenta:

Outra personalidade feminina que, na minha percepção, singulariza-se na Picos daquela época, era Dona Amélia Nogueira Feitosa, esposa do Sr. Francisco (Chiquinho) Amaro:

Por ter sido uma pessoa simples e de vida recatada, não era muito conhecida na cidade. [...] era uma mulher culta para os padrões interioranos da época. Leitora ávida de livros e revistas possuía uma das poucas bibliotecas particulares da cidade: nesse aspecto era uma mulher diferente dos padrões de comportamento feminino de então. [...] (DUARTE, 1995, p.124).

Conta sua nora Lili que a leitura era o grande vício de Amélia. Contudo as chuvas ocorridas em março de 1960, provou uma grande enchente no Rio Guaribas. Suas águas transbordando, atormentou cruelmente a população, inundando uma grande área do município (OLIVEIRA, 2008). Foi nesta enchente que Amélia perdeu os últimos laços com o comunismo e de certa maneira, com suas histórias: sua invejável biblioteca particular, como referiu Duarte (1995) foi levada pela fúria do Rio. Para Amélia a perda dos livros assemelhava-se a perda do pai: uma dor irreparável

O sofrimento causado pela perseguição fez com que a família

Reginaldo silenciou boa parte de tudo o que aconteceu durante e após a insurreição comunista. Transformou Amélia em uma mulher centrada no papel de mãe e de avó, mas que não achava bonito não ter o que comer, como a Amélia de Ataulfo Alves e Mário Lago, por isso participava dos movimentos benevolentes, distribuindo alimentos às pessoas menos favorecidas, além de ser uma figura humana reputada como “romântica” (OLIVEIRA, 2008).

Em decorrência da hipertensão e do diabetes, e de uma história familiar de doença cardíaca morreu aos 62 anos de idade.

Às mulheres que participaram de movimentos políticos e revoluções, lutando contra as injustiças e por causas sociais, entraram para a história pelo espírito de liderança e perseverança, porém, todas foram severamente punidas. Muitas mulheres no Mundo todo foram presas, martirizadas, e na maioria das vezes, pagaram pelos atos de bravura e coragem, com a vida.

Ao escrever sobre Amélia Reginaldo, mostramos como as mulheres estiveram ausentes na historiografia brasileira. Não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país, e no próprio processo de democratização política e de mentalidades, seja como participante do movimento de mulheres e/ou movimento feminista (RODRIGUES, 2001),

Considerações Finais

As várias interpretações a respeito da Insurreição Comunista em 1935. De maneira geral, afirmam que a rebelião de Natal foi fruto da articulação sindicalista promovidas pelo PCB e a ANL, ambas responsáveis pelo crescimento do movimento operário do Brasil e do Rio Grande do Norte. Apesar da maioria dos autores defenderem que o movimento foi decorrente da insatisfação dos militares não podemos negar o amadurecimento político dos militantes do Partido Comunista do Brasil, a

importância deste nos sindicatos e nas lutas por uma sociedade sem oprimidos e opressores.

Nessa conjuntura de turbulência política a força da mulher potiguar vem à tona e demonstra certo rompimento com valores patriarcais que já não representavam a realidade do momento. A luta das mulheres não está de fora desse contexto histórico e os depoimentos e documentos nos revelam o desempenho que as mesmas tiveram no movimento em questão, desmistificando o que ao longo dos anos atribuía-se às mulheres, pessoas submissas e com função meramente social.

O ato de coragem das mulheres participantes da Insurreição Comunista de 1935 irrompeu como um grito de quem reivindicava o seu devido lugar na sociedade, inserindo-se na luta de forma mais abrangente, dando início a um processo de conquistas subsequentes.

No caso da Insurreição encontramos um conjunto de fatores que levaram a eclosão do movimento. Se por um lado algumas mulheres temiam ser exposta a sua vontade, por outro lado encontramos a família de Amélia Reginaldo, uma mulher que estava à frente de sua época, não se conformando com a situação que a sociedade lhe quis impor.

Assim sendo, essa pesquisa mostrou fundamentalmente como as mulheres militantes eram vistas, principalmente como a imprensa e a historiografia brasileira retratavam as mesmas na participação dos movimentos sociais da época.

A reconstituição histórica desse movimento é extremamente difícil, devido a pobreza de informação dos documentos analisados e da impossibilidade que tivemos de encontrar, nos endereços fornecidos pelas mulheres, alguém que pudesse dar informações mais detalhadas. Mesmo assim, ainda não desistimos e continuamos na busca de informações, principalmente sobre Amélia Reginaldo.

A reconstituição histórica desse movimento é extremamente difícil, devido a pobreza de informação dos documentos analisados e da impossibilidade que tivemos de encontrar, nos endereços fornecidos pelas mulheres, alguém que pudesse dar informações mais detalhadas e da escassez de trabalhos científicos a respeito da participação das mulheres na Insurreição Comunista, em Natal. Mesmo assim, ainda não desistimos e desejamos levar Amélia Reginaldo e suas companheiras ao estrelato.

Uma fonte importante que traduz parte da realidade da Insurreição Comunista está no Arquivo Público do Estado no qual tivemos acesso aos documentos como fichas documentais do DOPS, assim como nos jornais: a República e a Ordem, mostrando uma visão conservadora de como as mulheres estavam envolvidas no movimento insurrecional sendo vistas como pessoas imorais e anárquica, querendo ser iguais aos homens, esquecendo suas obrigações do lar.

Para concluir, inferimos que, a pouca notoriedade dada às mulheres potiguares que participaram da Insurreição Comunista, representa o não reconhecimento da atitude feminina enquanto comportamento de luta. Assim, esperamos estar contribuindo no desenvolvimento do papel da mulher enquanto pessoa ativa observando que esta nunca se deixou ficar no papel que outros para si deliberaram.

Referências

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: novas histórias**, In: FREITAS, Marcos Cezar (org) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, contexto, 1988.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio, 1995.

DUARTE, Renato. **Picos. Os verdes anos cinqüenta**. Recife: Líder gráfica, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos (org.). Lauro Reginaldo da Rocha – BANGU: **Memórias de um militante**. Coleção Humanas Letras. Natal:

Edufrn,1989.

FIRMINO, Jane Cortez. **O voto de saias**. A gênese do voto feminino no Rio Grande do Norte através do jornal A República. Mossoró: Fundação Vint-Un Rosado Coleção mossoroense, 2003.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. **A Inserção das Mulheres na Câmara Municipal de Natal (1988-2004)**.2008. 57 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

_____. OLIVEIRA, Maria Francinete, LIMA, Rita de Lourdes. **Amélia Reginaldo: Uma Mulher de Verdade**. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2008.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: Os anos críticos**, 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e Sociedade: **A Consolidação da República Oligárquica**. In: LINHARES, Maria Yedda, CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, (Org) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

OLIVEIRA, Maria Francinete de. **Amélia (Reginaldo) Nogueira Feitosa**. Disponível http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/francinete_oliveira_amelia_reginaldo.pdf (2008). Acesso em: 15 ago., 2010.

REMOND, René. **O retorno do político**. In: CHAVEU, A. TETART, Ph (Org). *Questões Para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999

RODRIGUES, Almira. **Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos**, Cfemea, 2001.

SOARES, Carlson Reginaldo. **Amélia Reginaldo Uma mulher no levante vermelho de Natal**. [mensagem pessoal] Mensagem enviada por carlsonsoares@hotmail.com em 24 jan. 2008.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários d 1935. Sonho e realidade**. São Paulo: Editora Popular, 2007.

VINHAS, Moisés. **O partidão – A luta por um partido de massa -1922ª1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Relatórios oficiais do Arquivo Público do Rio Grande do Norte:

Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:

Jornais locais da época, em especial “A República”, “A Ordem”.

Jornal “A Liberdade” Única tiragem durante o movimento Insurrecional.

Tribunal de Segurança Nacional, Rio de Janeiro – Imprensa Nacional – 1937.